



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 341/24

Rubrica: [assinatura] Fis: 2

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 7944cc58-2975-4164-beea-dd0998a14789
Protocolo: Processo Requerimento Nº 000741/2024
Data: 11/01/2024 13:51:20
Origem: NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Contato: NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: MATEUS DE CASTRO
Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO
Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 11/01/2024 13:51:31	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE: NEW NUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA

CNPJ: 48.683.237/0001-40

ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, Nº 183 - LOJA A - BARRA - MURIAÉ/MG - CEP: 36884-004

TELEFONE/FAX/E-MAIL: (32) 3721-9764 - licitacao@gruponutrir.net.br

Ao setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Sr. Pregoeiro (a) e equipe de apoio, venho por meio deste apresentar IMPUGNAÇÃO ao **Pregão Eletrônico 272/2023**

OBJETO: Item 19.1.2 e Item 19.3

19.1.2 - As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

19.3 - No caso de empresas sediadas fora do município de Nova Friburgo, Certificado do SIF-DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela elegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa;

- 1- Sobre a exigência contida no item 19.1.2, sendo vedada o impedimento de empresas recém-criadas, qual opção é disponibilizada no Edital para tais empresas? Ademais, acaso a Empresa pretenda participar no item 3 comercializando até 84 mercadorias no valor de R\$ 23.739,24, deverá demonstrar uma venda de 16.120 unidades. Este valor deve ser individualizado por lote?

FERNANDA
FREITAS
CANEDO:04
302628766

Assinado de forma
digital por
FERNANDA FREITAS
CANEDO:043026287
66
Dados: 2024.01.11
10:42:49 -03'00'

NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
Rua Presidente Getúlio Vargas, Nº 138 –Loja A Barra – Muriaé –MG CEP: 36884-004
CNPJ: 48.683.237/0001-40 I.E: 004489292.00-96 TELEFONE: (32) 3721-9764

ANTONIO
FRANCISCO
NETO:33118
922672

Assinado de forma
digital por ANTONIO
FRANCISCO
NETO:33118922672
Dados: 2024.01.11
10:43:07 -03'00'

- 2- Sobre o item 19.3, não há qualquer indício de que tal documento seja necessário à comercialização de tais mercadorias, razão pela qual importa em óbice injustificado à competitividade do certame. Abaixo informação disponibilizada no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura¹:

LEITE

granja leiteira

posto de refrigeração

unidade de beneficiamento de leite e
derivados

queijaria

- 3- Desta forma, pela exigência ilegal constante no Edital nº 19.3, apresenta-se esta impugnação ao Edital. Paralelamente, requer o esclarecimento sobre os itens contidos no item 19.1.2.

Muriaé – MG, 10 de janeiro de 2024.

FERNANDA FREITAS
CANEDO:04302628766
Assinado de forma digital por FERNANDA FREITAS
CANEDO:04302628766
Dados: 2024.01.11 10:44:35 -03'00'

NEW NUTRI
COMERCIO DE
PRODUTOS
NUTRICIONAIS
LTDA:4868323700140
0140

Assinado de forma digital por NEW NUTRI
COMERCIO DE
PRODUTOS
NUTRICIONAIS
LTDA:48683237000140
Dados: 2024.01.11 10:44:55 -03'00'

ANTONIO FRANCISCO
NETO:33118922672
Assinado de forma digital por ANTONIO FRANCISCO
NETO:33118922672
Dados: 2024.01.11 10:45:15 -03'00'

¹ <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/empresario/registro-de-estabelecimentos>



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

441 124
p. 5

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MGP2201027037

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	090			CONTRATO
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

1	090			CONTRATO
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

MURIAE

Local

16 NOVEMBRO 2022

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO _____
Data Responsável

☐ NÃO _____
Data Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213625771 em 22/11/2022 da Empresa NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, Nire 31213625771 e protocolo 225876965 - 21/11/2022. Autenticação: F4B9E5BBF291F9E04A5EC3543B6EE45DF1D2C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/587.696-5 e o código de segurança hzPY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/11/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/587.696-5	MGP2201027037	18/11/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
043.026.287-66	FERNANDA FREITAS CANEDO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA

1. ANTONIO FRANCISCO NETO, nacionalidade BRASILEIRA, Medico, Separado(a) Judicialmente, nº do CPF 331.189.226-72, documento de identidade MG-994.150, SSP, MG, com domicílio / residência a RUA SEBASTIAO ABRANTES, número 125, APT 201, bairro / distrito CENTRO, município MURIAE - MINAS GERAIS, CEP 36.880-025 e

2. FERNANDA FREITAS CANEDO, nacionalidade BRASILEIRA, Nutricionista, Casado(a), regime de bens Comunhao Parcial, nº do CPF 043.026.287-66, documento de identidade M-7.382.509, SSP, MG, com domicílio / residência a RUA WASHINGTON LUIZ, número 821, BLOCO 9 APT 204, bairro / distrito CENTRO, município PETROPOLIS - RIO DE JANEIRO, CEP 25.655-007.

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA.

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia NEW NUTRI.

Cláusula Segunda - O objeto social será COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS, COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, COMERCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS.

Cláusula Terceira - A sede da sociedade é na RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, número 183, LOJA A, bairro / distrito BARRA, município MURIAE - MG, CEP 36.884-004.

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 21/11/2022 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é R\$ 100.000,00 (CEM MIL reais) dividido em 100.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (UM real) totalmente integrada em moeda corrente nacional.

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR R\$
ANTONIO FRANCISCO NETO	50.000	50.000,00
FERNANDA FREITAS CANEDO	50.000	50.000,00
TOTAL	100.000	100.000,00

Cláusula Sexta - A administração da sociedade caberá ao administrador(a)/sócio(a) FERNANDA FREITAS CANEDO, já qualificada no preâmbulo deste instrumento. Caberá a administradora, assinando sempre em isoladamente, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração desta sociedade, que representará a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, ficando dispensado de caução; e ainda com poderes e atribuições para, representá-la perante terceiros, bem como praticar todos os atos relacionados com o objeto da sociedade, podendo inclusive abrir filiais, assinar cheques, abrir contas em banco, solicitar limites de créditos, repartir



CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA

ões públicas, estaduais, federais, municipais, admitir e demitir empregados, autorizar o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações em favor de qualquer dos quotistas, ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, configurando-se justa causa para efeito de exclusão do sócio nos termos do art. 1.085 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Primeiro: A administradora, obrigatoriamente, ao final de cada exercício social, apresentarão o inventário, balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico para aprovação dos sócios.

Parágrafo Segundo: Em caso de incapacidade laboral transitória ou permanente de um dos sócios, este será afastado da administração, fazendo jus ao recebimento de lucros e dividendos porventura existentes. Diante do afastamento do sócio, o sócio remanescente exercerá a administração isoladamente.

(artigos 997, VI; 1.013, 1.015, 1.064 CC/2002).

Cláusula Sétima - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Oitava - RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS E REGÊNCIA LEGAL:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro aprovado pela Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

Parágrafo Único - A sociedade será regida pelas leis brasileiras em vigor, em especial pelo disposto no Código Civil Brasileiro (Lei 10.406 de 10/01/2002), sendo aplicado nos casos omissos e/ou divergentes, sempre que possível e cabível a Lei 6.404 de 28/12/1976, alterada pela Lei 11.638 de 28/12/2007 .

(art. 1.052. CC/2002)

Cláusula Nona - REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS:

Os sócios que prestarem serviços à Sociedade poderão fazer jus a uma remuneração mensal, a título de pró-labore, de forma individual, proporcional aos serviços prestados, que será fixada por deliberação dos sócios quotistas.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de incapacidade civil ou laboral de um dos sócios, a remuneração do sócio-administrador não deverá ser inferior a 12 salários-mínimos e nem superior a 16 salários-mínimos.

Cláusula Décima - CONSELHO FISCAL:

MÓDULO INTEGRADOR: 7 MGP2201027037



MG61789562

2/6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213625771 em 22/11/2022 da Empresa NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, Nire 31213625771 e protocolo 225876965 - 21/11/2022. Autenticação: F4B9E5BBF291F9E04A5EC3543B6EE45DF1D2C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/587.696-5 e o código de segurança hzPY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/11/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/11

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA

A sociedade poderá instituir Conselho Fiscal a qualquer tempo, composto de três membros efetivos e suplentes, sócios ou não, vedada a participação de administradores, eleitos e destituídos pela reunião ou assembleia de sócios.

Cláusula Décima Primeira - DELIBERAÇÕES SOCIAIS:

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião quando o número de sócios for até 10 (dez) e em assembleia quando o número de sócios for superior a 10 (dez), nos termos dos artigos 1.071 a 1.080 da Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

Parágrafo Primeiro: Além de outras matérias indicadas em Lei ou no Contrato Social, os sócios devem deliberar sobre: I - aprovar as contas da administradora, até o último dia do quarto mês, subsequente ao término do exercício social; II - designar administradores em ato separado do presente contrato social; III - destituição de administradores; IV - fixar a remuneração dos administradores não sócios e o teto máximo de pró-labore a ser pago a sócia administradora para cada exercício fiscal e ano calendário; V - modificação do contrato social; VI - incorporação, fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade, ou ainda a cessação do estado de liquidação; VII - nomeação e destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas; VIII - pedido de concordata e/ou recuperação judicial; IX - alienação de bens imóveis e fundo de comércio, fianças e avais; X - eleição, destituição, fixação de remuneração e prazo de mandato de membros do conselho fiscal; X I - outros assuntos de interesse social.

Parágrafo Segundo: Em caso de incapacidade civil ou laboral de Fernanda Freitas Canêdo e Antônio Francisco Neto, os sócios convencionam que serão representados, apenas para fins de deliberações sociais e independente de curatela, exclusivamente pelos Senhores Fernando Augusto Canêdo Teixeira, CPF nº 094.740.876-28, residente em Rua Samuel Pereira, 26, apto. 1602, Belo Horizonte/MG, e Gabriela Gouvêa Neto, CPF n 080.479.146-50 residente a Rua Belmiro Braga, 280, apto 802. Alto dos Passos, Juiz de Fora, respectivamente.

Parágrafo Terceiro As decisões dos sócios tomadas em reunião ou em assembléia, inseridas no parágrafo primeiro desta cláusula, deverão observar o quórum seguinte: I - nos incisos V e VI, pelos votos correspondentes a, no mínimo, três quartos do capital social; II - nos incisos II, III, IV e VIII, pelos votos correspondentes a, no mínimo, a mais da metade do capital social; III - nos demais incisos, pela maioria dos votos dos presentes, salvo os casos previstos em Lei ou no contrato, se estes exigirem maioria mais elevada.

Parágrafo Quarto: A convocação dos sócios para reunião ou assembléia serão feitas na imprensa do local da matriz, com antecedência mínima de oito dias, a pedido da administradora, de sócio e do conselho fiscal, se houver, sendo: I - a convocação pela imprensa poderá ser dispensada com presença de todos os sócios à reunião ou assembléia, ou quando estes declararem por escrito que têm conhecimento do local, data, hora e ordem do dia; II - a reunião ou assembléia instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares detentores de três quartos do capital social e, em Segunda, com qualquer número; III - o sócio pode ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados; IV - a reunião ou assembléia será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes.



CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA

Parágrafo Quinto: A sociedade poderá, mediante deliberação social através de reunião ou assembléia que represente mais de 50% do capital social, determinar a exclusão de sócio por justa causa nos termos dos artigos 1.085 a 1.086 da Lei 10.406 de Janeiro de 2002. I - entende-se por justa causa, a prática de atos lesivos a terceiros, como emissão de cheques sem a devida provisão, inadimplência pessoal, conduta inadequada no meio social e ainda, em mora com a sociedade na integralização de capital ou qualquer outro pagamento decidido em reunião ou assembléia; II - ocorrendo fato dessa natureza, será convocada reunião ou assembléia específica, nos termos do parágrafo 3º desta cláusula, comunicando-se ao sócio nessa condição, concedendo-lhe prazo para que possa defender-se adequadamente até a realização da reunião ou assembléia; III - deliberando a reunião ou assembléia pela exclusão, os haveres do sócio que for excluído, serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, corrigidas pelo índice de variação aplicado às cadernetas de poupança, com base em um balanço especial levantado para este fim, na data da exclusão.

Parágrafo Sexto: A reunião ou assembléia tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seja objeto delas.

Cláusula Décima Segunda - IMPEDIMENTO:

Os Sócios e Administradora declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.
(art. 1.011, § 1º, CC/2002)

Cláusula Décima Terceira - EXERCÍCIO SOCIAL:

O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses e terminará em 31 de dezembro de cada ano calendário, quando obrigatoriamente, será levantado o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e, demais demonstrações que se fizerem necessárias, que serão apreciadas em reunião ou assembleia de sócios, conforme estabelecido no Parágrafo Único da Clausula Sétima.
(art. 1.065 CC/2002)

Cláusula Décima Quarta - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E/OU PREJUÍZOS:

Os lucros, após serem feitas as provisões legais e tecnicamente recomendados, terão o destino que os quotistas indicarem.

Parágrafo Primeiro: Havendo distribuição de lucros sob qualquer forma ou absorção de prejuízos, serão na proporção de cada cotista no capital social.

Parágrafo Segundo: Por deliberação dos sócios a distribuição dos lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.



CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA

Parágrafo Terceiro: A distribuição dos lucros poderá não obedecer a participação do sócio desde que aprovada pelos sócios quotistas.

Cláusula Décima Quinta - CONTINUIDADE:

Em caso de falecimento ou interdição de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida.

Parágrafo Primeiro: Em caso de falecimento de um dos sócios, será ativado o seguro sucessão nº 93.002982.1937.0001 e Apólice 93.02982, que servirá como pagamento do valor das quotas do sócio.

Parágrafo Segundo: O montante a ser pago ao de cujus e seu espólio será o equivalente a 1/12 (um doze avos) do faturamento dos doze meses que antecederem o evento.

Parágrafo Terceiro: O valor remanescente do parágrafo segundo que não for coberto pelo seguro sucessão será pago pela Empresa pelo período de até 12 meses corrigido monetariamente pelo índice aplicado à caderneta de poupança.

(art. 1.028 E ART. 1.031, CC/2002)

Cláusula Décima Sexta - QUOTAS:

As quotas da Sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento da Sociedade e dos demais sócios; desta forma, o cotista que desejar alienar suas quotas, deverá primeiramente oferecê-las aos demais cotistas, por oferta de boa fé, contendo preço, termos e condições de pagamento, para que no prazo de 90 (noventa) dias exercitem o direito de preferência à aquisição, os quais em igualdade de condições terão direito de preferência para adquiri-las, na proporção das quotas de capital que possuírem.

(art. 1.056, art. 1.057 CC/2002)

Parágrafo Primeiro: Não exercitando o direito nesse prazo, ficará o cotista ofertante liberado para alienar a terceiros as quotas oferecidas, dentro de trinta dias subseqüentes, nunca, porém por preço inferior ou a condições mais vantajosas que as da oferta.

Parágrafo Segundo: O curador ou representante do sócio incapaz não poderá alienar as quotas da sociedade para terceiros, restando oportunamente convencionado que caso queira exercer o direito de alienar as quotas, somente poderá fazê-lo para a Empresa, que pagará o montante previsto no parágrafo segundo da cláusula décima terceira em até 120 meses corrigido pela caderneta de poupança.

Parágrafo Terceiro: Em caso de exercício de direito de preferência dos sócios, o valor da cota será correspondente a Apuração de Haveres realizado no Balanço Patrimonial específico (Balanço de Determinação), Conforme artigo 606 CPC/2015.

Cláusula Décima Sétima - OMISSÕES OU DÚVIDAS:

A Sociedade rege-se por este contrato e pela Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002 e nas omissões ou dúvidas, como regência supletiva, pela Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976,



CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA

alterada pela Lei 11.638 de 28/12/2007 e demais disposições legais pertinentes.

Cláusula Décima Oitava - ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO:

Ocorrendo mudanças na legislação vigente que venham de qualquer forma, seja definitiva ou temporária, impedir ou interferir no objeto da sociedade, obrigam-se os sócios, a promoverem as alterações estatutárias necessárias com a brevidade possível e em sintonia com a vigência dos textos legais.

Cláusula Décima Nona - Fica eleito o foro de MURIAE - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento.

MURIAE, 21 de Novembro de 2022.

ANTONIO FRANCISCO NETO

Sócio

FERNANDA FREITAS CANEDO

Sócio/Administrador





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Processo Nº: 441/24
Rubrica: 6 PLS: 13

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/587.696-5	MGP2201027037	18/11/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
331.189.226-72	ANTONIO FRANCISCO NETO
043.026.287-66	FERNANDA FREITAS CANEDO



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213625771 em 22/11/2022 da Empresa NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, Nire 31213625771 e protocolo 225876965 - 21/11/2022. Autenticação: F4B9E5BBF291F9E04A5EC3543B6EE45DF1D2C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/587.696-5 e o código de segurança hzPY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/11/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Processo Nº: 441/21
Rubrica: 14

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, de NIRE 3121362577-1 e protocolado sob o número 22/587.696-5 em 21/11/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31213625771, em 22/11/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kassia Maria Cardoso de Paula.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
043.026.287-66	FERNANDA FREITAS CANEDO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
331.189.226-72	ANTONIO FRANCISCO NETO
043.026.287-66	FERNANDA FREITAS CANEDO

Belo Horizonte, terça-feira, 22 de novembro de 2022



Documento assinado eletronicamente por Kassia Maria Cardoso de Paula, Servidor(a) Público(a), em 22/11/2022, às 08:53 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/validarDocumento.jsf) informando o número do protocolo 22/587.696-5.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213625771 em 22/11/2022 da Empresa NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, Nire 31213625771 e protocolo 225876965 - 21/11/2022. Autenticação: F4B9E5BBF291F9E04A5EC3543B6EE45DF1D2C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/587.696-5 e o código de segurança hzPY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/11/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, terça-feira, 22 de novembro de 2022



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213625771 em 22/11/2022 da Empresa NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, Nire 31213625771 e protocolo 225876965 - 21/11/2022. Autenticação: F4B9E5BBF291F9E04A5EC3543B6EE45DF1D2C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/587.696-5 e o código de segurança hzPY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/11/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



ROGER JUDICARIO STANIS E CONFESSIONA GERAL DE CONTICA

1º Ofício de Notas de Muriae
Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim
rubricado(s), numerado(s) e carimbado(s), por ser reprodução
fiel do original que me foi apresentado, do que dou fe.
Muriae, 17/05/2023 13:54:22 10030
SELO DE CONSULTA: GTB77963
CODIGO DE SEGURANÇA: 6481.5082.2092.5876
Quantidade de atos praticados: 01
Atos praticados por:
Bel. Mark Dellano Costa Elizeu - Tabelião Substituto
Emol R\$7,44 TFI R\$2,31 Total R\$9,75 ISS R\$0,35
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.us.br>

Nº DA
ETIQUETA
AC1529478

Processo Nº: 341 64
Rubrica 6 Pl: 14

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º 1 NOME E SOBRENOME
ANTONIO FRANCISCO NETO

1ª HABILITAÇÃO
11/03/1997

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO
09/05/1957 LEOPOLDINA/MG

4ª DATA EMISSÃO
15/06/2022

4ª VALIDADE
14/06/2027

ACC
D

4ª DOC IDENTIDADE / ORIG. EMISSÃO / UF
MG894158 SSP MG

4ª CPF
331.189.226-72

5ª Nº REGISTRO
02396366107

5ª CAT. HAB.
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
BELMIRO ALBERTO NETO

DALILA GOMES NETO

2414560253

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SIGNATURA DO DETRAN

2414560253

ACC	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
A													
A1													
B													
B1													
C													
C1													
D													
D1													
DE													
CE													
C1E													
DE													
D1E													

INSCRIÇÃO

LOCAL
MURAE, MG

SIGNATURA DO DETRAN

00514102369
M0618117830

MINAS GERAIS



Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 272/2023

Processo Licitatório nº: 29.977/2023

Processo de Impugnação nº: 741/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LEITE EM PÓ E FÓRMULAS INFANTIS ESPECIAIS) PARA CONFEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2024.

IMPUGNANTE: NEW NUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA – CNPJ sob o nº 48.683.237/0001-40.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa NEW NUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 272/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES



Comissão de Pregão I

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, a Impugnante solicita os seguintes esclarecimentos:

- a) Sobre a exigência contida no item 19.1.2 do Edital, sendo vedada a participação de empresas recém-criadas, qual opção seria disponibilizada no Edital para tais empresas?
- b) Caso a empresa pretenda participar no item 3 comercializando até 84 mercadorias no valor de R\$ 23.739,24, deveria demonstrar uma venda de 16.120 unidades. Este valor deveria ser individualizado por lote?

Ademais, alega que não haveria qualquer indício de que o Certificado do SIF-DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa, exigido no item 19.3, seja necessário à comercialização das mercadorias que figuram como objeto da licitação em tela, razão pela qual importaria em óbice injustificado à competitividade do certame.

III. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

06. Em relação ao item 19.1.2 do Edital, tal exigência encontra amparo no art. 67 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Nacional n.º 14.133/2021), o qual dispõe em seus § 1º e 2º:

"§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Raz

Comissão de Pregão I

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados."

Dessa forma, é possível inferir que empresas recém-criadas não poderiam participar da citada licitação, por não serem capazes de demonstrar que efetuaram a execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 32.240 unidades para o item 1, o qual figura como parcela de maior relevância da licitação, descumprindo exigência editalícia estabelecida sob a égide da Lei Nacional n.º 14.133/2021.

Em relação ao pedido de esclarecimento quanto ao item 3, não seria necessária a apresentação de atestado de capacidade técnica para o referido item, pois, como podemos depreender da redação do § 1º do artigo 67 da lei n.º 14.133/2021, tal exigência é restrita às parcelas de maior relevância da licitação, o que não é o caso dos itens 2 e 3.

Oportuno ressaltar a impossibilidade de participação das licitantes apenas para um único item, já que o critério de julgamento da referida licitação é "Menor Preço Global", em que a mesma empresa deverá arrematar todos os itens.

Cabe frisar, conforme disposto no item 18.5 do Edital, que "caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente", ou seja, capital social mínimo de R\$ 113.762,40 para o caso em tela.

Já a exigência editalícia de apresentação de Certificado do SIF-DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa se justifica pelo fato de que o Serviço de Inspeção Federal é responsável por

Comissão de Pregão I
assegurar a qualidade de produtos de origem animal (comestíveis e não comestíveis) destinados ao mercado interno e externo, bem como de produtos importados. Atualmente, o SIF atua em mais de 5 mil estabelecimentos brasileiros, todos sob a supervisão do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA).

Todos as empresas produtoras, fabricantes e manipuladoras diretas de produtos de origem animal "in natura" que estão sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento devem ser registrados e aprovados através *Certificado do SIF-DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa*; visando a garantir produtos com certificação sanitária e tecnológica para o consumidor e respeitando as legislações nacionais e internacionais vigentes.

Importante destacar que, em se tratando de licitante apenas distribuidor, é necessário que o produto fornecido apresente o selo supramencionado, sendo obrigatória a apresentação para a empresa apenas se ela for a fabricante.

IV. DO MÉRITO

07 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, e que, após análise, o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Informo que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 16/01/2024 e, caso necessário, será suspensa *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 11 de janeiro de 2024.



LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro- Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

PROCESSO: 741/24
DATA: ____/____/____ FLS: 22
RUBRICA: p

Nova Friburgo, 12 de Janeiro de 2024.

MEMO SME DE Nº 21/2024 P.A. nº741/2024

De: Secretaria Municipal de Educação

Para: Procuradoria Geral do Município

Ref: Resposta a Impugnação do edital de Pregão Eletrônico de nº 272/23 e pedido de parecer

Exm. Sr Dr Procurador,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para me manifestar acerca do pedido de esclarecimento acerca do edital de Pregão Eletrônico de nº272/23 cujo objeto é a aquisição de leite em pó e formulas infantis para compor a merenda escolar da rede municipal de educação no exercício de 2024.

Informamos que a Secretaria Municipal de Educação passa a se manifestar DE ACORDO e acompanha integralmente a fundamentação da decisão exposta pela Comissão de Pregão I.

Vale frisar que a qualificação técnica é uma das formas de garantir o fiel cumprimento do edital e hierarquicamente cumprir toda a legislação sanitária vigente, cabendo ao licitante observá-la em respeito aos princípios da legalidade, vinculação ao edital, eficiência e todos os princípios que norteiam o certame, não havendo que se falar em impugnação ao edital, uma vez que este está em consonância com as regras sanitárias em vigor, cabendo o indeferimento integral da impugnação apresentada pela empresa NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA..

Na certeza da melhor acolhida, subscrevo-me.


Bruno Valverde
Coordenador de Nutrição
CPF: 0003100769
PMNF - Mat. 107.315

Coordenador de Nutrição

Assinado de forma digital por
CAROLINE MOURA
KLEIN:04386775790
Dados: 2024.01.12 15:38:38
-03'00'
Caroline Moura Klein

Secretária Municipal de Educação



PROCESSO Nº 000741/2024
DATA 15/01/2024
FOLHA Nº 23

Processo Administrativo nº: 000741/2024

Requerente: New Nutri Comércio de Produtos Nutricionais

Assunto: Impugnação ao Edital

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao edital oposto pelo particular New Nutri Comércio de Produtos Nutricionais LTDA., onde a mesma apresenta pedido de esclarecimentos e impugnação quanto ao Pregão Eletrônico nº 272/2023.

Após o trâmite natural do processo administrativo, com manifestações do Presidente da Comissão Permanente de Licitações e da Subsecretaria de Serviços Concedidos, os autos foram remetidos a este órgão de assessoramento jurídico para fins de análise de juridicidade.

As questões afetas as atribuições inerentes desta Procuradoria-Geral do Município dizem respeito ao **item 19.1.2** que faz referência às certidões ou atestados de capacidade técnica que deverão demonstrar que a licitante efetuou bem sucedida com quantidade de no mínimo 50% da parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim, consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% do valor estimado da contratação e quanto ao **item 19.3** que aduz sobre a necessidade de apresentação do SIF-DIPOA ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa, quando esta for de fora do Município de Nova Friburgo.

É o relatório do estritamente necessário. Passa-se à devida análise.

II - DOS FUNDAMENTOS



Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 11/01/2024 é tempestiva, em conformidade com o art. 164 da Lei nº 14.133/21¹, tendo em vista que a realização do Pregão está agendada para 16/01/2024.

Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Assim sendo, por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, caberá ao órgão técnico a exatidão de manifestação quanto a estes aspectos, considerando que este órgão de assessoramento jurídico não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Portanto, a presente manifestação se restringirá tão somente aos aspectos jurídicos impugnados, a seguir abordados.

¹ Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, **devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.**

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



De largada, observo que o item 19.1.2 do edital impugnado tem sua redação alicerçada na redação no disposto no art. 67, §§ 1º e 2º da Lei 14.133/2021, *ipsis litteris*:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

(...)

A exigência de atestados para efeito de comprovação da qualificação técnica será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação. Consideram-se parcelas de valor significativo as que tenham valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação.

De se observar que a exigência de comprovação, concernente às parcelas de maior relevância técnica, incide sobre aquelas identificadas como revestidas de especificidades e/ou complexidades que se destacam ou se mostram importantes nas obras ou serviços licitados. Exatamente por essa condição, não se prendem necessariamente, a valores. Diversamente, as parcelas classificadas como de maior valor significativo, e que não se revelem especificamente como de relevância técnica, mas que se destacam no quesito de ordem financeira, tendo como parâmetro objetivo e comparativo o limite mínimo de 4% do quantum estimado da contratação.



Com efeito, nota-se que a previsão editalícia se coaduna com a novel lei geral de licitações e contratos administrativos, não havendo qualquer ato equivocado da Secretaria interessada neste aspecto.

Por sua vez, o item 19.3 versa sobre documentação a ser apresentada que versa sobre regularidade sanitária para a prestação do serviço objeto do procedimento licitatório, tratando-se de documento inerente à própria comercialização do produto que ora se pretende ofertar à Administração Pública.

O Serviço de Inspeção Federal, conhecido mundialmente pela sigla SIF, é vinculado ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), é o responsável por assegurar a qualidade de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis destinados ao mercado interno e externo, bem como de produtos importados.

Cada estabelecimento registrado no DIPOA conta com a atuação do SIF para **garantir produtos de origem animal que não sejam prejudiciais à saúde dos consumidores e que atendam às legislações nacionais e internacionais.**

Dito isso, observa-se que a documentação solicitada no referido item impugnado é imprescindível para a boa e regular comercialização e aquisição do objeto licitado, motivo pelo qual não vislumbro qualquer ilegalidade na exigência de tal comprovação, eis que volta-se na saúde dos infantes atendidos pela rede educacional do Município de Nova Friburgo.

III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, opina-se pela remessa dos autos à **Comissão de Pregão I** para a adoção das providências necessárias.

Ressalta-se que a opinião desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art.



206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É como opina a Subprocuradoria de Processos Administrativos.

Nova Friburgo, 15 de janeiro de 2024.

Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga
Subprocurador de Processos Administrativos

Matrícula: 63.347

